TREZE TRATADOS QUE MOLDARAM PORTUGAL

AS CONQUISTAS,
O MAR, AS ALIANÇAS

Organização de
ANA LEAL DE FARIA
JOÃO ROSA LÃ

Índice

INTRODUÇÃO	
<i>Ana Leal de Faria e João Rosa Lã</i>	11
AGRADECIMENTOS.	19
APRESENTAÇÃO	
<i>Embaixador Francisco Ribeiro Teles</i>	21
CAPÍTULO I	
1143 – A Conferência de Zamora, Passo Decisivo para a Independência	
<i>Bernardo Vasconcelos e Sousa</i>	25
Referências cronológicas	33
CAPÍTULO II	
1297 – O Tratado de Alcanizes e a Definição das Fronteiras de Portugal	
<i>Maria Regina de Mongiardim</i>	35
Tratado para regular a «contenda sobre Vilas, Castelos, e Termos e partimentos, e posturas, e preitos entre nós», Alcanizes, 12 de Setembro de 1335 [1297 da era cristã, aprovada em Portugal por Carta Régia de D. João I de 22 de Agosto de 1422]	51

TREZE TRATADOS QUE MOLDARAM PORTUGAL

CAPÍTULO III

1386 – O Tratado de Windsor e o Reconhecimento da Nova Dinastia de Avis

Manuela Santos Silva 57

Tratado da Liga e de Aliança, que teve lugar na casa capitular da capela real de Windsor, a 9 de Maio de 1386 77

CAPÍTULO IV

1494 – O Tratado de Tordesilhas e a Divisão do Mundo Desconhecido

João Paulo Oliveira e Costa 83

Tratado entre D. Fernando e D. Isabel, rei e rainha de Castela e de Aragão, e D. João, rei de Portugal, Tordesilhas, 7 de Junho de 1494 91

CAPÍTULO V

1668 – O Tratado de Madrid/Lisboa e o Reconhecimento da Independência

Ana Leal de Faria 95

Tratado de Paz entre El-Rei o Senhor D. Afonso VI e Carlos II Rei de Espanha, por mediação de Carlos II Rei da Grã-Bretanha, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1668 116

CAPÍTULO VI

1703 - O Tratado de Methuen e a Integração da Economia Portuguesa na Área de Influência Britânica

José Damião Rodrigues 121

Tratado de Comércio entre El-Rei o Senhor Dom Pedro II e Ana Rainha da Gram Bretanha, Lisboa, 27 de Dezembro de 1703 . . 137

ÍNDICE

CAPÍTULO VII

1750 – O Tratado de Limites das Conquistas e a Definição das Fronteiras do Brasil

Junia Ferreira Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro 141

Tratado de Limites das Conquistas, entre El-Rei o Senhor Dom João V e Dom Fernando VI Rei de Espanha, Madrid, 13 de Janeiro de 1750 166

CAPÍTULO VIII

1810 – Os Tratados com Inglaterra e a Transferência do Estado Português para o Brasil

Jorge M. Pedreira 173

Tratado de Comércio e Navegação e Tratado de Amizade e Aliança entre o Príncipe Regente D. João e Jorge III Rei da Grã-Bretanha, Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1810 199

CAPÍTULO IX

1891 – O Tratado Luso-Britânico e os Limites Territoriais de Angola e Moçambique

José Miguel Sardica 207

Tratado para regular definitivamente a delimitação das respectivas Esferas de Influência em África e assegurar as Relações de Amizade entre as Duas Potências, Londres, 11 de Junho de 1891 227

CAPÍTULO X

1919 – Portugal e o Tratado de Versalhes

António Telo 231

Tratado de Paz entre as Potências Aliadas e Associadas e a Alemanha, Versalhes, 28 de Junho de 1919. 257

TREZE TRATADOS QUE MOLDARAM PORTUGAL

CAPÍTULO XI

1949 – O Tratado do Atlântico Norte e a Ancoragem de Portugal ao Espaço Geopolítico do Atlântico

João Vieira Borges 261

Tratado do Atlântico Norte, Washington, 4 de Abril de 1949 281

CAPÍTULO XII

1985 – O Tratado de Adesão de Portugal às C. E. e a sua Integração Política e Económica na Europa

Vitor Martins 285

Tratado de Adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Económica de Energia Atómica, Lisboa, Mosteiros dos Jerónimos, 12 de Junho de 1985 302

CAPÍTULO XIII

2007 – O Tratado de Lisboa e as Novas Competências da União Europeia

Paulo Sande 305

Tratado Reformador Europeu, Lisboa, 13 de Dezembro de 2007 322

NOTAS SOLTAS SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO TRATADO

Paulo Rangel. 329

NOTAS SOBRE OS AUTORES E COORDENADORES 341

Capítulo II

1297

O Tratado de Alcanizes e a Definição das Fronteiras de Portugal

MARIA REGINA DE MONGIARDIM

Portugal nasce do movimento político, religioso e militar da Reconquista.

Imersos nesse movimento, muitos monarcas da I Dinastia empenharam-se em aumentar e definir o território do reino, do rio Minho às costas do Algarve, expulsando a presença moçárabe, confrontando as tentativas de absorção territorial e hegemónicas de Castela, e estabilizando, sob seu domínio, o espaço territorial, naturalmente «enrugado», de Portugal. Era, por isso, necessário estabelecer limites territoriais de vizinhança entre os dois reinos cristãos, que funcionassem como barreiras geográficas, juridicamente reconhecidas pelas partes, perduráveis no tempo, permitindo, assim, a defesa homogeneização e estabilização do espaço territorial em que era exercido o poder político do rei.

Com uma fronteira natural marítima, a oeste (o Atlântico), esses monarcas esforçaram-se no estabelecimento, a leste, de uma fronteira terrestre, com um traçado linear, suficientemente preciso, contínuo e fixo, que constituísse um obstáculo às investidas de Castela, acautelasse as zonas geograficamente mais vulneráveis e de poder mais difusas, e contribuísse para a configuração do mapa mental da hierarquia de poder do reino. A definição do território nacional e o assentamento e estabilização do poder político nesse espaço territorial, delimitado, a norte, pela fronteira geográfica do rio Minho, a oeste, pela fronteira marítima, de norte a sul, e pela fronteira terrestre, a leste, eram condições necessárias e imprescindíveis para o desenvolvimento das capacidades políticas, económicas, militares, culturais e identitárias do

reino. Complementarmente, o integral estabelecimento da fronteira terrestre, de onde decorria a estabilização do território nacional e do seu poder político, era condição *sine qua non* para o pleno aproveitamento da fronteira marítima e das suas potencialidades, o mar aberto ao comércio e à navegação.

A definição das fronteiras de Portugal, à luz dos Tratados de Badajoz (1267) e de Alcanizes (1297), e os períodos de paz com Castela e Leão (duradura, a partir de Alcanizes), concretizaram a configuração geopolítica, geoeconómica e geoidentitária do reino, e abriram portas às aventuras marítimas dos portugueses e às Descobertas. Estes Tratados permitiram, da mesma forma, a edificação, a legitimação, a afirmação e a defesa do Estado, que conduziria mais tarde à construção da Nação, e definiram o papel de Portugal no concerto peninsular e internacional da época.

A celebração destes dois Tratados situa-se no período histórico da Baixa Idade Média, época em que a Europa experimentava profundas mudanças estruturais, designadamente, ambientais, demográficas, económicas, políticas e ideológicas.

O clima aqueceu, favorecendo a agricultura, o aumento demográfico e a mobilidade terrestre e marítima; as cidades cresceram e multiplicaram-se; apareceram e desenvolveram-se novas técnicas, sobretudo agrícolas; o comércio aumentou e progrediu, com a proliferação de mercados e feiras francas; e incrementaram-se as comunicações terrestres, fluviais e marítimas, que não só impuseram novas medidas de segurança, como facilitaram o papel dos mercados e dos novos comerciantes, também como agentes de informação do rei.

Neste novo ambiente socioeconómico, a burguesia cresceu, o feudalismo enfraqueceu e colapsou, e o poder político, até então «encastelado» e disperso, rumou em direção da centralização, promovendo a formação dos Estados.

A nível ideológico, por força do poder do clero e da Igreja, o cristianismo impunha-se sobre todas as formas de pensamento organizado, razão pela qual era um imperativo dos monarcas cristãos da Europa Ocidental a luta contra o Islão. Ao comungarem desse credo, aceitarem o espírito da Reconquista e envolverem-se nela, os monarcas europeus recuperavam o conceito divino da monarquia e

reforçavam o seu poder, numa simbiose quase perfeita do sagrado e transcendental com a razão e o pragmatismo. Roma, enquanto sede do poder espiritual e imperial da época, via, assim, aumentada a sua autoridade no universo da Cristandade.

Palco de idênticas transformações estruturais e terra de passagem para Jerusalém, a Península Ibérica apresentava-se face aos demais reinos europeus de forma algo singular. No decurso da Reconquista, os monarcas peninsulares cristãos travavam encarniçados conflitos entre si, não se eximindo alguns deles a estabelecerem alianças táticas com reis mouros, contrariando o espírito da Reconquista e abrindo brechas no seu relacionamento com o Papa. Na origem dessas alianças, estava em causa o redimensionamento territorial dos reinos peninsulares, maioritariamente alicerçado nas ambições hegemónicas de Castela, favorável à deslocação continental do centro gravitacional do poder peninsular, em detrimento dos reinos marítimos, atlânticos (Portugal, Galiza e, mesmo, Navarra) e mediterrânicos (Aragão, Múrcia, Andaluzia). Tanto Roma como a França observavam essa tendência com preocupação, olhando-a como uma ameaça à respetiva autoridade «universal» e preponderância política na Europa.

Os reinados dos monarcas portugueses D. Afonso III e D. Dinis iriam destacar-se, neste contexto, pelos seus feitos políticos, militares e estratégicos, ao conseguirem fazer frente às aspirações de Castela, logrando aumentar o território do reino, fixando os seus limites territoriais e libertando-se do jugo castelhano. Fortemente ancorada numa geografia marítima, de pequena dimensão, não se vislumbra na estratégia destes dois monarcas a intenção de destronarem e ocuparem o trono de Castela, ou de conquistarem mais território cristão na Península, mas, antes, uma firme vontade política de proverem o território do reino de uma configuração geográfica imaginada, de estabilizar esse território e o seu poder político, de imporem o reconhecimento da legitimidade e autonomia da monarquia portuguesa, de validarem as conquistas aos mouros e de afirmarem o reino de Portugal no quadro peninsular e fora dele. Receberam, por isso, a benção papal e a aquiescência das potências emergentes do Norte da Europa (França e Inglaterra), preocupados que estavam com o crescente poderio concentracionário de Castela e Leão.

Ao fim de décadas de conflitos com Castela, sob a direção desses dois monarcas Portugal averbou duas importantes vitórias políticas, qualquer delas assentes nos seus invocados «direitos históricos», reiteradamente reclamados e não atendidos pelo adversário castelhano. Ambas foram forjadas em ações militares, desencadeadas pela parte portuguesa, e em manobras político-diplomáticas astuciosas, a que a tolerância papal não terá sido alheia.

A primeira vitória deu-se com D. Afonso III, que conseguiu a posse efetiva do Algarve (Tratado de Badajoz, de 17 de fevereiro de 1267) e, com essa posse, a fixação da fronteira terrestre no sudeste do país, feita pelo rio Guadiana, a partir da foz do rio Caia, e o prolongamento para sul e sudeste da fronteira marítima portuguesa. Casado, sem filhos, com D. Matilde, Condessa de Bolonha, D. Afonso III, o *Bolonhês*, aproveitou o falhanço dos projetos imperiais de Afonso X de Castela e a necessidade do monarca castelhano de estabilizar a sua governação, para lhe propor o casamento com a sua filha bastarda, D. Beatriz, então detentora das terras do Algarve. Com essa união matrimonial, D. Afonso III não só comprometia Afonso X de Castela no apoio secretamente prestado a seu irmão, o rei deposto D. Sancho II, como obteve a promessa de que todos os direitos castelhanos sobre o Algarve seriam entregues a seu filho D. Dinis (nascido em 1261), quando este atingisse 7 anos de idade. D. Afonso III obrigava-se, em troca, a prestar vassalagem e auxílio militar ao monarca castelhano na luta contra os mouros de Granada, e renunciava aos territórios entre os rios Guadiana e Guadalquivir.

A segunda vitória aconteceu com D. Dinis, que logrou preencher definitivamente as linhas da fronteira terrestre com Castela e Leão, recuperando terras usurpadas ou cuja posse ainda não era reconhecida, fechando troços geograficamente mais vulneráveis e deficientemente demarcados, a fim de lhe conferir um traçado contínuo e de maior segurança (Tratado de Alcanizes, de 12 de setembro de 1297). Pela ação das armas e de uma hábil diplomacia, D. Dinis conseguiu concretizar a definição do espaço territorial do reino, balizado por fronteiras geográficas, jurídica e politicamente reconhecidas, instrumentos necessários para o exercício autónomo e independente do seu poder político, e para a afirmação externa de Portugal.

Desde muito cedo que, estabilizada a fronteira norte do país com a Galiza, no rio Minho, o Algarve era percebido como o prolongamento natural do território do reino, o que levou vários monarcas portugueses, envolvidos no movimento da Reconquista, a empenharem-se denodadamente na sua conquista. Além de compensar a «fratura» geográfica e política com a Galiza, sob domínio castelhano, a posse do Algarve significava a expansão económica e securitária de Portugal, e a extensão da sua fronteira marítima, verdadeiro cinturão do poder do reino e contraforte da fronteira terrestre, mais vulnerável.

Com a posse efetiva do Algarve, Portugal libertava-se, ainda, do regime de vassalagem perante Castela, ao mesmo tempo que reforçava, em amplitude e relevância política, o poder territorial, dava maior coerência e profundidade à fronteira marítima, e se inseria nas rotas marítimas do Atlântico e do Mediterrâneo, aproximando-se do Norte de África.

Nesta perspetiva, a posse efetiva do Algarve pode suplantar os efeitos do Tratado de Alcanizes sobre a definição das fronteiras de Portugal, em que D. Dinis tanto se empenhou nos domínios político, diplomático e militar, razão pela qual a maioria dos historiadores confere maior relevância a esse acontecimento histórico. As menções de muitos deles ao Tratado de Alcanizes acentuam, sobretudo, a habilidade diplomática de D. Dinis e o estabelecimento da paz duradoura com Castela (40 anos de paz, o que, para a esperança de vida na época, significava mais de duas gerações), assente na amizade e defesa mútuas, e no reforço da ligação dinástica das duas monarquias, com os casamentos dos sucessores aos tronos de Portugal e de Castela (a filha de D. Dinis com o rei de Castela, D. Fernando IV, e a irmã deste com o futuro rei de Portugal, D. Afonso IV).

A fixação definitiva da fronteira terrestre com o reino de Castela e Leão, à luz do Tratado de Alcanizes, sendo um acontecimento histórico relevante, não pode ser desligada da posse efetiva do Algarve, pelo Tratado de Badajoz, celebrado 30 anos antes. Ambos têm uma função estrutural e política do reino português, sendo complementares. Ambos deram forma definitiva ao território português, e conferiram-lhe os necessários instrumentos jurídicos e de força, para se organizar, montar a sua defesa (fortificação da fronteira) e se afirmar.

Em ambos, também, D. Dinis surge como a figura impulsionadora, embora de diferente forma e com diferente consciência dos factos. Em Alcanizes, D. Dinis, agindo por sua conta e risco, concretizou um plano gizado com coragem e rigor militar, com astúcia política e com habilidade diplomática. Em Badajoz, D. Dinis seria o inspirador, sem disso ter consciência, alvo dos afetos de Afonso X de Castela e o causador de uma convergência político-estratégica de dois monarcas adversários, que, no interesse próprio, queriam pôr fim a décadas de confrontos: D. Afonso III de Portugal, tendo completado a conquista do Algarve aos mouros e intitulado-se já «Rei de Portugal e do Algarve», ambicionava libertar-se do estatuto de vassalagem perante Castela e que os direitos de conquista de Portugal fossem integralmente reconhecidos; e Afonso X de Castela, acossado pelas dificuldades imperiais enfrentadas a Norte e em Marrocos, e pela pressão dos reinos cristãos e mouros da Península, pretendia acalmar a fronteira oeste com o reino de Portugal, de que o seu neto D. Dinis, a quem armou cavaleiro e o acompanhou na sua aventura fracassada de Marrocos, seria o futuro rei.

A celebração do Tratado de Alcanizes ocorreu num ambiente político-económico interno de pujança e crescimento. Os 30 anos de paz com Castela, que o Tratado de Badajoz proporcionou, haviam permitido a transformação estrutural de Portugal.

Já na vizinha Castela, a situação interna acusava os falhanços imperiais de Afonso X, os excessos da sua governação, as lutas constantes com os reinos vizinhos, os conflitos da nobreza e a fragilidade interna e externa da monarquia castelhana.

Neste período, a posição político-económica relativa de Portugal e de Castela e Leão alterou-se, significativamente, invertendo-se os dados do poder peninsular entre os dois reinos.

Em Portugal, esse tempo de paz produziu efeitos na demografia, facilitando o povoamento e o recrutamento para o exército; na economia, com o desenvolvimento da agricultura, das técnicas agrícolas e do comércio interno e externo (mercados e feiras francas, e ligações à Europa do Norte, com a Flandres, Inglaterra, Aquitânia, Bretanha e Normandia, e à região mediterrânica, com Aragão, Veneza e Génova), tanto por via fluvial (desenvolvimento da cabotagem), como marítima (proteção da navegação na faixa atlântica); e na identidade nacional

da população, graças aos estímulos na educação (Universidade de Coimbra e Estudos Gerais de Lisboa), na cultura (tradução de obras literárias), nas artes (música e poesia) e ao reforço da língua portuguesa (obrigatoriedade do português nos documentos oficiais).

D. Dinis soube aproveitar esse clima de paz para reforçar a coesão interna, alicerçar a administração do território nos domínios civil e militar, tornando Lisboa a capital administrativa do reino e o maior porto do país, promover a agricultura e o comércio exterior, e centralizar o seu poder, à imagem do modelo de Afonso X de Castela, seu avô e mestre. Simultaneamente, pacificou as relações com a Igreja (duas concordatas), conseguindo autorização papal para transferir os «bens e as gentes» da Ordem dos Templários (extinta pelo Papa, por configurar o poder de «um Estado dentro do Estado»), para a Ordem de Cristo (criada em 1318, com um cunho eminentemente nacionalista).

Durante esse período, a independência de Portugal era assegurada, a nível interno, pelo reforço do poder central do rei, pela organização do território e pelo desenvolvimento económico do país. A nível externo, pela exibição da força militar, conseguida através da reestruturação do exército e da criação da marinha, e por uma diplomacia mais profissionalizada (letrados) e pragmática, que já não se direcionava, apenas, para Roma e Castela, mas, também, visava as monarquias do Norte da Europa e as do Mediterrâneo, em função da respetiva importância política e do equilíbrio de poder na Europa, e por serem mercados relevantes para o comércio externo do reino. Esta perspetiva estratégica, mais alargada, das condições necessárias à consolidação da independência nacional continha ainda uma vertente direcionada ao Norte de África e a Marrocos, em particular, de carácter defensivo, de que não se exclui uma possível conceção idealista sobre o papel que Portugal poderia desempenhar nessas geografias.

Mas a independência de Portugal apoiava-se, sobretudo, na fronteira terrestre defensiva e linear, exigindo ser completada e melhor definida, e na fronteira marítima, estratégica, de segurança, prevenção e de «serviço», com alcance extra peninsular. A organização das forças militares, a fortificação de vilas e castelos junto à raia, a criação de portos fluviais e marítimos, a instituição da marinha e uma diplomacia

mais pragmática, desempenhada em vários azimutes, respondiam a esses objetivos estratégicos.

Com D. Dinis, registou-se, efetivamente, uma mudança estrutural do reino, que a maior amplitude do espaço territorial, a sua estabilização, e o prolongamento e definição das fronteiras, facultaram. Estas condições dos limites territoriais do reino permitiram a sua maior individualização no quadro diversificado da Península Ibérica, nos domínios geográfico, político, económico, militar, cultural e linguístico. Elas garantiram a Portugal, simultaneamente, os necessários instrumentos jurídicos, diplomáticos e de força, para conter a pressão política, militar e económica de Castela, e para robustecer o seu reconhecimento internacional, enquanto entidade política soberana, com legitimidade para se defender e intervir nos negócios políticos emergentes.

Embora o recurso à guerra, na Idade Média, fosse entendido como um meio legítimo para o estabelecimento da paz (a «guerra justa») e para o reconhecimento da legitimidade do poder estabelecido, quer com D. Afonso III, mas, sobretudo, com D. Dinis, parecia intuir-se, no seu recurso à guerra, o mesmo ideal da soberania do Estado, então em gestação. Assim parece demonstrá-lo o empenho de ambos numa clara demarcação do território nacional, e na fixação geográfica definitiva e *de jure* das fronteiras do reino, assegurando, dessa forma, a sua estabilidade e defesa, bem como a sua postura política intrépida, mas cautelosa, perante o seu principal adversário peninsular. Para D. Dinis, em particular, a questão das fronteiras vinha de mãos dadas com as noções de legitimidade, autonomia e independência, donde a sua capacidade de afirmação política a níveis interno (centralização do poder, organização territorial e estruturação das forças armadas) e externo (desenvolvimento do comércio com as monarquias europeias, prática de uma diplomacia mais elaborada e estabilização das relações com Roma).

D. Dinis conhecia bem a precária situação político-económica interna de Castela, e tinha uma estratégia e objetivos bem definidos: enfraquecer o poder castelhano, completar e robustecer a fronteira terrestre, e dar autonomia estratégica à fronteira marítima.

Para tanto, conjugava as operações militares com uma atuação político-diplomática hábil e astuciosa. A sua tática consistia em

aproveitar-se das ligações familiares cruzadas com outras monarquias peninsulares e das debilidades de Castela, para arrastar o monarca castelhano ao campo de batalha e, em posição de força, impor condições favoráveis nas negociações da paz. Assim aconteceu com as contendas sucessórias ao trono de Castela, em que D. Dinis, conluiado com o mais acérrimo adversário de Castela, o rei de Aragão, seu cunhado, sustentava os opositores dos monarcas castelhanos (D. Sancho IV e D. Fernando IV), ao mesmo tempo que os arregimentava na sua luta contra Castela. Eram eles o Infante D. João, irmão de D. Sancho IV e tio de D. Fernando IV, defensor do desmembramento de Castela e Leão, da recuperação da autonomia do reino de Leão e da desanexação da Galiza; e D. Afonso de la Cerda, neto de Afonso X por via do filho primogénito falecido, sobrinho do rei de Aragão e neto do rei de França, por via materna. Caso este ganhasse a contenda, Castela e Leão seria desapossada dos territórios de Múrcia e da Andaluzia, a favor de Aragão, e de Navarra, a favor da França.

Esta tática política ardilosa de D. Dinis estava em linha, quer com os interesses políticos de França, quer com as reservas de Roma face às pretensões hegemónicas de Castela, beneficiárias, ambas, do enfraquecimento deste reino.

Perante os sucessivos incumprimentos de Castela de antigas promessas e velhos acordos, e a ameaça constante do seu poder, D. Dinis viu na precária situação política interna castelhana, em especial nas guerras sucessórias, a melhor oportunidade para atingir os seus objetivos. Com o tesouro exaurido pelo falhanço dos projetos imperiais de Afonso X, pelo fim dos tributos dos reinos mouros com a conquista da Andaluzia, pelos privilégios da nobreza, pelas lutas sucessórias, e pelos conflitos com os reinos vizinhos (Portugal, Aragão, Múrcia, Navarra e o reino mouro de Granada), Castela e Leão mostrava-se, pela primeira vez, um adversário frágil, que D. Dinis quis e soube aproveitar. Os tempos áureos de Afonso X, o *Sábio* – cujo prestígio se expandira além-fronteiras, pelas suas ambições, qualidades governativas, jurídicas (Livro de *Las Siete Partidas*), científicas e artísticas, e cujo poder de tipo imperial, reforçado pelos êxitos da Reconquista, ameaçava a sobrevivência dos demais reinos peninsulares – haviam terminado.

Nas várias contendas, D. Dinis pôs à prova a robustez do reino de Castela, que chegou a estar praticamente sitiado pelas forças